



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS DE GENÉTICA FORENSE - APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 14227198/2020-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000372/2020-33

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para o laboratório da Área de Perícias em Genética Forense- APGEF em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

TABELA 01- Da descrição e quantitativos

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI- DADE
1	Detergente concentrado (tipo EXTRAN MA 02): Detergente concentrado utilizado para banho de limpeza aquoso (tipo EXTRAN MA 02). Apresentação: Frasco de 5 litros.	301233	Unidade	10
2	Sapatilha Descartável em TNT (Propé): Sapatilha antiderrapante é confeccionado em (TNT), 100% polipropileno com aplicação de resina antiderrapante. Descartável, tamanho único com dimensão suficiente para abrigar o pé calçado em sua totalidade. Acabamento na borda superior com elástico para melhor fixação. Apresentação: embalagem com 100 unidades.	436854	Unidade	100
3	Touca cirúrgica sanfonada descartável: Touca descartável sanfonada, em material TNT, tamanho grande, elástico embutido, cor branca. Apresentação: embalagem (caixa) com 100 unidades.	332930	Unidade	60

1.2. O prazo de vigência desta aquisição é de três meses, contados do(a) publicação no Diário Oficial da União ou envio da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. A validade de todos os itens não poderá ser inferior a 10 (dez) meses ou 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante. Em caso de o material apresentar problemas no decorrer da sua garantia/validade, a empresa será notificada para realização de troca.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1- Da necessidade das aquisições

Esta aquisição se refere a materiais de limpeza laboratorial e EPIs de uso comum nas atividades do laboratório da Área de Perícias em Genética Forense do Instituto Nacional de Criminalística. São itens essenciais para que se evite a contaminação de vestígios biológicos e a contaminação de instrumentos utilizados na análise pericial de materiais biológicos relacionados a ilícitos penais, como sangue, ossos, pedaços de tecido e fios de cabelo encontrados em locais de crime e em outras análises em genética forense efetuadas pelos Laboratório.

Deve-se ressaltar a urgência na compra desses materiais uma vez que apresenta quantitativo baixo em estoque.

2.2. Da Justificativa para o Quantitativo dos bens

As quantidades dos produtos a serem adquiridos foram estipuladas considerando a estimativa da frequência de consumo destes itens na rotina laboratorial do ano 2019.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os prazos de entrega dos bens serão contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União ou da data de envio da nota de empenho. As entregas deverão ser realizadas em remessa única no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística, Quadra 07, lote 23, Setores Complementares, CEP 70.610-200, Brasília-DF, Telefone/Fax (61) 2024-9842, no horário de 8h as 11h ou 14h as 17h. A empresa beneficiada será responsável pela confirmação do local e horário para a entrega dos materiais, mediante contato telefônico.

3.1.1. O prazo de entrega dos bens será de 15 (quinze) dias corridos, prorrogáveis mediante justificativa, a critério e sob anuência da Administração.

3.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelos (as) responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

3.3.1. Os bens serão provisoriamente recebidos pela Comissão de Fiscalização e Recebimento local, no ato da entrega, mediante assinatura do canhoto da nota fiscal.

3.3.2. Na hipótese do recebimento provisório não ocorrer dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, mesmo que as condições em

desacordo sejam percebidas após o recebimento definitivo. Os bens rejeitados deverão ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da licitante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4.1. Na situação de desconformidade, a Administração notificará a licitante, por escrito, no máximo em 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório dos bens, informando qual(is) item(ns) deverá(ão) ser substituído(s).

3.4.2. O prazo de substituição acima proposto, terá início a partir da confirmação de recebimento, pela licitante, da notificação de reprovação.

3.4.3. O prazos supramencionados poderão ser prorrogados, a critério da Administração, desde que a solicitação seja feita dentro do prazo inicial, e seja justificada por fato relevante.

3.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação e confirmação das especificações, descrições técnicas, qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou atesto da Nota Fiscal.

3.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da licitante pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do acordado nesta aquisição.

3.7. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos produtos até o local de sua efetiva entrega.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3. Comunicar à licitante, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da licitante, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5. efetuar o pagamento à licitante no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;

4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela licitante com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da licitante, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

5.1. A licitante deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, qual seja 30 (trinta) dias corridos, o objeto com avarias ou defeitos;

5.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.5. Manter, durante toda a execução do desta aquisição, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução desta aquisição.

5.1.7. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste Projeto Básico.

5.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da licitante com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições acordadas; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da presente execução.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos

observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta aquisição, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a licitante providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Antes de cada pagamento à licitante, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Projeto Básico.

9.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da licitante, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá

realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da licitante, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do instrumento firmado nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à licitante a ampla defesa.

9.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão ~~do contrato~~ instrumento legal, caso a licitante não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.11.1. Será rescindido instrumento vinculatório em execução com a licitante inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.12.1. A licitante regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano

de difícil ou impossível reparação.

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência previsto no item 1.2 deste Projeto Básico.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1. Os pagamentos somente serão efetuados após recebimentos provisórios e definitivos dos itens.

11.1.3. O Projeto básico já possui medidas acauteladoras suficientes.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A licitante, comete infração administrativa pela inexecução total ou parcial do objeto desta aquisição, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, podendo a Administração aplicar as seguintes sanções:

12.1.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.1.2. Multa moratória de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do inadimplemento, até o limite de 30 (trinta) dias; sem prejuízo das demais penalidades. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

12.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da aquisição, no caso de inexecução total do objeto;

12.1.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.1.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ~~CONTRATADA~~ licitante ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13- ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

13.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.105,90 (dois mil cento e cinco reais e noventa centavos)** conforme a tabela:

TABELA 02- Da avaliação de custos

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	
1	Detergente concentrado (tipo EXTRAN MA 02): Detergente concentrado utilizado para banho de limpeza aquoso (tipo EXTRAN MA 02). Apresentação: Frasco de 5 litros. QUANTIDADE REQUERIDA: 10 Frascos (05 litros cada)	
	Cotação 1	VALOR COTADO: R\$ 100,00 VALOR EMBALAGEM (5L): R\$ 100,00 VALOR REQUERIDO: 10 x 100,00 = R\$ 1.000,00
	Cotação 2	VALOR COTADO: R\$ 85,29 VALOR EMBALAGEM (5L): R\$ 85,29 VALOR REQUERIDO: 10 x 85,29 = R\$ 852,90

	Cotação 3	VALOR COTADO: R\$ 66,48 VALOR EMBALAGEM (5L): R\$ 66,48 VALOR REQUERIDO: 10 x 66,48 = R\$ 664,80
	MÉDIA:	R\$ 839,23
2	Sapatilha Descartável em TNT (Propé)- Sapatilha antiderrapante é confeccionado em (TNT), 100% polipropileno com aplicação de resina antiderrapante. Descartável, tamanho único com dimensão suficiente para abrigar o pé calçado em sua totalidade. Acabamento na borda superior com elástico para melhor fixação. Apresentação: embalagem com 100 unidades. QUANTIDADE REQUERIDA: 100 embalagens (100 unidades cada).	
	Cotação 1	VALOR COTADO: R\$ 0,07 (unidade) VALOR EMBALAGEM (100 ud): 0,07 x100 = R\$ 7,00 VALOR REQUERIDO: 100 x R\$ 7,00 = R\$ 700,00
	Cotação 2	VALOR COTADO: R\$ 0,09 (unidade) VALOR EMBALAGEM (100 ud): 0,09 x100 = R\$ 9,00 VALOR REQUERIDO: 100 x R\$ 9,00 = R\$ 900,00
	Cotação 3	VALOR COTADO: R\$ 0,10 (unidade) VALOR EMBALAGEM (100 ud): 0,10 x100 = R\$ 10,00 VALOR REQUERIDO: 100 x R\$ 10,00 = R\$ 1000,00
	MÉDIA:	R\$ 866,67
3	Touca cirúrgica sanfonada descartável - Touca descartável sanfonada, em material TNT, tamanho grande, elástico embutido, cor branca. Apresentação: embalagem (caixa) com 100 unidades. QUANTIDADE REQUERIDA: 60 embalagens (100 unidades cada).	
	Cotação 1	VALOR COTADO: R\$ 0,06 (unidade) VALOR EMBALAGEM (100 ud): 0,06 x100 = R\$ 6,00 VALOR REQUERIDO: 60 x R\$ 6,00 = R\$ 360,00
		VALOR COTADO: R\$ 0,06 (unidade)

Cotação 2	VALOR EMBALAGEM (100 ud): 0,06 x100 = R\$ 6,00 VALOR REQUERIDO: 60 x R\$ 6,00 = R\$ 360,00
Cotação 3	VALOR COTADO: R\$ 0,08 (unidade) VALOR EMBALAGEM (100 ud): 0,08 x100 = R\$ 8,00 VALOR REQUERIDO: 60 x R\$ 8,00 = R\$ 480,00
MÉDIA:	R\$ 400,00

14- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. A dotação orçamentária da contratação:

UG: 200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA-DITEC/DPF
GESTAO EMITENTE: 00001-TESOURONACIONAL
PRÉ EMPENHO: 2020PE000002

15- RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

15.1. O presente Projeto Básico foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração dispensa licitatória.

Brasília/DF, 19 de março de 2020.

BRUNO RODRIGUES TRINDADE

Perito Criminal Federal

Responsável Substituta pela APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

De acordo.

GUSTAVO OTA UENO

Perito Criminal Federal

Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Projeto Básico em ____ de ____ de 2020.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Dezembro/2019



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO RODRIGUES TRINDADE, Perito(a) Criminal Federal**, em 23/03/2020, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Ordenador de Despesa**, em 24/03/2020, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO OTA UENO, Chefe de Divisão**, em 24/03/2020, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14227198** e o código CRC **2AEC8C52**.